MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 580/78

de 21 de Setembro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966, e dos artigos 43.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e 11.º do Regulamento Consular Português, aprovados, respectivamente, pelo Decreto n.º 47 478, de 31 de Dezembro de 1966, e pelo Decreto n.º 6462, de 21 de Março de 1920, alterar a lista anexa à Portaria n.º 23 232, de 20 de Fevereiro de 1968, transferindo os Consulados honorários abaixo designados do distrito consular de Roterdão para o distrito consular de Caracas, a partir de 1 de Outubro de 1978:

Consulado honorário em Aruba, Ilha de Aruba;
Consulado honorário em Curaçau, Antilhas Holandesas, com excepção da Ilha de Aruba.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Julho de 1978. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Vitor Augusto Nunes de Sá Machado*.

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, por documento entregue no Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, declarou, de acordo com o artigo 40.º da Convenção da Haia Relativa à Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial, de 18 de Março de 1970, de que Portugal e aquele país são Parte, que a Convenção é tornada extensiva a Hong-Kong. Mais foi declarado que, de acordo com o artigo 33.º da Convenção, Hong-Kong não aceitará cartas rogatórias redigidas em francês e que foram designadas, de acordo com os artigos 35.º, 24.º, 16.º e 17.º, como autoridades competentes nesta matéria The Chief Secretary e The Registrar of the Supreme Court of Hong-Kong.

Secretaria-Geral do Ministério, 9 de Agosto de 1978. — O Chefe dos Serviços Jurídicos e de Tratados, *Mário de Oliveira Neves*.

Direcção-Geral dos Serviços Centrais

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação da Embaixada Real dos Países Baixos, o Governo da República das Seychelles depositou, em 9 de Junho de 1978, os instrumentos de adesão à Convenção de Supressão da Exigência de Legali-

zação de Actos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia em 5 de Outubro de 1961.

Direcção-Geral dos Serviços Centrais, 28 de Agosto de 1978. — O Director-Geral, *Francisco Grainha do Vale*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

SECRETARIA DE ESTADO DAS FLORESTAS

Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal

Serviço de Inspecção da Caça e Pesca

Portaria n.º 581/78

de 21 de Setembro

Considerando que se têm obtido bons resultados na protecção das espécies cinegéticas, nomeadamente da perdiz, com o estabelecimento de zonas de protecção permanente localizadas em alguns terrenos da orla marítima, nomeadamente no concelho de Sintra, através da Portaria n.º 593/75, de 8 de Outubro, e que por esse facto muitos caçadores da região próxima, do concelho de Torres Vedras, manifestaram interesse em procedimento idêntico na região costeira do seu concelho, com o apoio da Comissão Venatória Concelhia e com fundamento no disposto nos artigos 167.º a 170.º do Decreto n.º 47 847, de 14 de Agosto de 1967:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Florestas, o seguinte:

1.º É constituída uma zona de protecção permanente às espécies cinegéticas, localizada numa faixa de terrenos junto às arribas, em toda a orla marítima do concelho de Torres Vedras, delimitada pela linha que une os pontos mais altos das arribas mais próximas do mar e outra linha, para o interior, a uma distância aproximada de 250 m, com uma área de cerca de 570 ha, conforme planta anexa a esta portaria.

2.º Nesta zona é proibido o exercício da caça, o qual só excepcionalmente pode vir a ser autorizado pela Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, entidade administradora, quando se entenda justificado em face de prejuízos causados em culturas agrícolas, e desde que a simples captura, para repovoamentos, não seja adequada ou suficiente, ou se considere não haver inconveniente para os fins em vista.

3.º Quando for autorizado o exercício da caça dentro desta zona, o mesmo terá de ser condicionado e regulamentado pela Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, com a colaboração da Comissão Venatória Concelhia de Mafra, sendo tornadas públicas, por editais daquela Direcção-Geral, as condições em que é permitido, bem como as regras de inscrição pública dos caçadores e das listas de distribuição dos mesmos.

4.º Esta zona será delimitada e sinalizada pela Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, de acordo com a legislação em vigor.

Secretaria de Estado das Florestas, 26 de Julho de 1978. — O Secretário de Estado das Florestas, *António Manuel Chambica Azevedo Gomes*.